

## PORTARIA Nº 961, DE 18 DE MARÇO DE 2025

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2.º da Portaria SE/CGU n.º 364, de 14 de fevereiro de 2023, o disposto no Decreto n.º 11.330, de 1.º de janeiro de 2023, e alterações, bem como no art. 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta no Processo n.º 00190.102659/2025-76, resolve:

DESIGNAR TALIA KELIN BARRETO MELO, para substituir a Chefe de Divisão, código FCE 1.07, da Divisão de Políticas para Mulheres da Coordenação-Geral de de Auditoria das Áreas de Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos e Mulheres da Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

OLAVO VENTURIM CALDAS

## Conselho Nacional do Ministério Público

## SECRETARIA-GERAL

## PORTARIA CNMP-SG Nº 96, DE 18 DE MARÇO DE 2025

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1.º, inciso VIII, alínea "e", da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, com fundamento no art. 20, §4º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 14, § 1º, da Lei n.º 9.624, de 2 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Conceder afastamento ao servidor RAJIV GEEVERGHESE, Analista de Desenvolvimento de Sistemas, matrícula nº 82.445, para participar de curso de formação profissional do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no período de 19/4/2025 a 30/7/2025, sem prejuízo da percepção do seu vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PORTARIA CNMP-CN Nº 10, 19 DE MARÇO DE 2025

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar, no interesse da Corregedoria Nacional do Ministério Público, a servidora Elaine Cristina Gonçalves de Oliveira, matrícula 82.720, ocupante do cargo de técnica do Ministério Público da União, do quadro de pessoal do MPU/Administração do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional, em regime de dedicação exclusiva, a partir de 24 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA

## Ministério Público da União

## ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

## PORTARIA PGR/MPF Nº 133, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 41 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto na Portaria PGR/MPF nº 755, de 18 de dezembro de 2020, e tendo em vista o contido no Ofício nº 20/2025-GABPC/PR/AL, de 11 de março de 2025, da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º Fica dispensado o Procurador da República BRUNO JORGE RIJO LAMENHA LINS da titularidade do Ofício Especial de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, designado pela Portaria PGR/MPF nº 194, de 14 de março de 2023, publicada no DOU, Seção 2, pag. 71, de 14 de março de 2023.

Art. 2º Fica dispensada a Procuradora da República NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY do exercício da função de Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Substituta da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, designada pela Portaria PGR/MPF nº 194, de 2023.

Art. 3º Fica designado o Procurador da República BRUNO JORGE RIJO LAMENHA LINS para exercer, pelo período de 2 (dois) anos, a titularidade do Ofício Especial de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Art. 4º Fica designada a Procuradora da República NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY para exercer, pelo período de 2 (dois) anos, a função de Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Substituta da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Art. 5º As designações efetuadas por esta Portaria não implicam em qualquer desoneração nos ofícios comuns titularizados pelos membros ora designados, nem afasta a obrigação de residirem na sede da respectiva lotação, prevista no § 2º do art. 129 da Constituição Federal e no art. 33 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, salvo disposição expressa em contrário, constante em ato específico.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## PORTARIA Nº 203, DE 19 DE MARÇO DE 2025

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO a alteração de estrutura dada pela Portaria Normativa PGJ nº 1.094, de 17 de março de 2025, válida a contar de 24 de março de 2025, CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3757.0034898/2025-61, resolve:

Art. 1º Esta Portaria apostila, a contar de 24 de março de 2025, a nomeação do servidor EYMARD VIEIRA GONÇALVES, matrícula 5879-3, Tenente Coronel QOPM do quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, da titularidade do cargo em comissão de Subsecretário de Atividades Especiais de Segurança da Secretaria de Polícia Institucional, código CC-02 (50006046), realizada originalmente por meio da Portaria SGA nº 535, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 89, de 12 de maio de 2022, Seção 2, p. 54, para o cargo em comissão de Secretário Executivo de Polícia Institucional da Secretaria de Polícia Institucional, código CC-03 (50006103).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SELMA SAUERBRONN

## SECRETARIA-GERAL

## PORTARIA Nº 207, DE 10 DE MARÇO DE 2025

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJG, de 14/12/2018, e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.04.4227.0003895/2024-66, resolve:

Alterar o fundamento legal da pensão civil temporária concedida ao Senhor ISAÍAS CÂNDIDO PEREIRA, matrícula 1549, deferida inicialmente na qualidade de filho menor de 21 anos do ex-servidor aposentado deste Ministério Público Francisco Pereira dos Santos, matrícula 724, falecido em 28/2/2018, para que o benefício passe a vigorar sob a condição de filho maior inválido, com fundamento na alínea "b" do inciso IV do art. 217 da Lei nº 8.112/1990 (na redação dada pela Lei nº 13.135/2015), no Parecer da Junta Médica Oficial do MPDFT nº 1971686, de 13/2/2025, e ainda nas Súmulas TCU nº 271 e nº 284 e Acórdão n.º 12.791/2016 - TCU - Segunda Câmara, com efeitos a contar de 13/2/2025, data do reconhecimento da invalidez pela Junta Médica Oficial.

CLAUDIA MARIA RAMOS

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## SECRETARIA-GERAL

## PORTARIA SG/MPF Nº 232, DE 19 DE MARÇO DE 2025

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso XII, da Portaria SG/MPF nº 727, de 8 de julho de 2024, de acordo com o contido na Informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas - PGR-00062453/2025, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.000956/2025-12, resolve:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Flávia Gonçalves Maia da Silva, matrícula 3411, Analista do MPU/Desenvolvimento de Sistemas, Código AN030150, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 20, incisos I a IV, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 seguinte, com proventos revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 31 seguinte.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSÉ LISBOA FILHO

## PORTARIA SG/MPF Nº 233, DE 19 DE MARÇO DE 2025

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso XII, da Portaria SG/MPF nº 727, de 8 de julho de 2024, de acordo com o contido na Informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas - PGR-00061433/2025, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.000902/2025-57, resolve:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Benilson Souza, matrícula nº 2796, Analista do MPU/Suporte e Infraestrutura, código AN030151, classe C, padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 20, incisos I a IV, e § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, c/c o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, aplicando-se a vantagem do artigo 62-A, da Lei 8.112/90, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001, publicada no DOU de 5/9/2001, com proventos reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSÉ LISBOA FILHO

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

## PORTARIA Nº 169, DE 14 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1-Dispensar, a partir de 12/03/2025, ONIAS ESTEVAM PEREIRA FILHO, matrícula nº 33132-5, Técnico do MPU/Administração, da função de Assistente Nível II, FC-2, do Gabinete do Procurador da República Murilo Rafael Constantino, da Procuradoria da República no Município de Umuarama.

2-Designar CLEVERSON ANDREI DE SOUZA, matrícula nº 33639-4, Técnico do MPU/Administração, para exercer a função de Assistente Nível II, FC-2, do Gabinete do Procurador da República Murilo Rafael Constantino, da Procuradoria da República no Município de Umuarama.

3-Dispensar, a partir de 12/03/2025, ONIAS ESTEVAM PEREIRA FILHO, matrícula nº 33132-5, Técnico do MPU/Administração, do cargo de substituto eventual de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete do Procurador da República Murilo Rafael Constantino, da Procuradoria da República no Município de Umuarama.

4-Designar JULIANO DAMASIO MADEIRA, matrícula nº 33164-3, Analista do MPU/Direito, para exercer o cargo de substituto eventual de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete do Procurador da República Murilo Rafael Constantino, da Procuradoria da República no Município de Umuarama.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

## PORTARIA Nº 170, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

Designar LUIS GUSTAVO LISIAC DE OLIVEIRA, matrícula nº 33142-2, Técnico do MPU/Administração, para substituir LAIALY ABDO EL HAKIM KADRI RIZATTI, matrícula nº 33823-1, Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete da Procuradoria da República Cíndara Bueno Santos Prichadnitzky, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu, nos dias de 18/03/2025 a 20/03/2025, por motivo de folga compensatória do titular e licença para tratamento de saúde do substituto eventual.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

## PORTARIA PRSE Nº 55, DE 14 DE MARÇO DE 2025

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no exercício das atribuições previstas pelo art. 33, VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e Considerando a solicitação contida no MEMORANDO 5/2025 - PR-SE-00011078/2025, resolve:



Art. 1º Exonerar, a partir de 17 de março de 2025, a servidora VIVIAN LEITE SANTOS, matrícula nº 32481 do cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete do Procurador da República Leonardo Cervino Martinelli, na Procuradoria da República em Sergipe.

Art. 2º Nomear o servidor ERCOLIS FILIPE ALVES SANTOS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 26010, para exercer o referido cargo em comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE ANDRADE DANTAS

### MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 44/PGJM, DE 14 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c", da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, e considerando a Deliberação da CCR/MPM, proferida na 528ª Sessão Ordinária/43ª Sessão Virtual de Julgamento, resolve:

Art. 1º Designar a Dra. ANNA BEATRIZ LUZ PODCAMENI, Promotora de Justiça Militar, lotada na 2ª Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, para prosseguir nas investigações tratadas nos autos da Notícia de Fato 117.2024.000288, por via de PIC ou IPM, com o intuito de apurar os fatos e suas circunstâncias, sem prejuízo de outras diligências que o Órgão Ministerial considere necessárias, nos termos deliberados pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar (CCR/MPM).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data .

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 276, DE 7 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, considerando o disposto na Resolução CSMPT nº 165/2019, a decisão prolatada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, em sua 290ª Sessão Ordinária, de 27/02/2025, bem como os demais dados e informações constantes do PGEA 20.02.0308.0000010/2024-69, resolve:

Art. 1º Autorizar, com ônus limitado, o afastamento parcial da Procuradora do Trabalho ISABELA CALDEIRA LIMA, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Teófilo Otoni/PRT 3ª Região - MG, com o exercício da função institucional mediante teletrabalho, pelo menos até janeiro de 2026, para frequentar o curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, devendo a requerente atentar-se para o cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 23 da Resolução CSMPT nº 165/2019, no que lhe couber.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

PORTARIA Nº 278, DE 6 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e da competência delegada pelo item "a" do art. 1º da Portaria PGR nº 308/1996, considerando o disposto na Resolução CSMPT nº 165/2019, bem como os dados e informações constantes do PGEA nº 20.02.0800.0000193/2025-64, resolve:

Art. 1º Autorizar o Procurador do Trabalho Sandoval Alves da Silva, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/PA, o afastamento no período de 27 a 30 de março de 2025 (incluindo os deslocamentos), para participar do " XIV Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC)", que se realizará em Brasília/DF, com ônus limitado para o Ministério Público do Trabalho e sem prejuízo das atribuições ordinárias no(s) Ofício(s) de que é titular (a serem exercidas em regime de teletrabalho).

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 80, DE 19 DE MARÇO DE 2025

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02.10.2017, nos termos do artigo 92, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora SIMONE CHUSYD, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 600.9319-6, para o encargo de Substituto do Chefe da Assessoria Jurídica do 64º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, Código CC 4, no período de 31.03 a 02.04.2025, nas férias e afastamentos do titular, suspendendo no período os efeitos da Portaria nº 90, de 22.02.2024, publicada no DOU nº 37, de 23.02.2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA CARLOS

### Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 57, DE 19 DE MARÇO DE 2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições regimentais, considerando o disposto na Portaria-TCU nº 165, de 6/11/2024; e considerando o teor do OFÍCIO Nº 0001/2025 - GEPE, de 12/3/2025, juntado ao processo nº TC-043.494/2018-8, resolve:

Alterar, para 6 de março de 2025, o término do prazo constante da Portaria-TCU nº 165, de 6/11/2024, relativo à prorrogação da cessão do Auditor Federal de Controle Externo Paulo Wanderson Moreira Martins, Matrícula-TCU nº 10214-8, ao Governo do Distrito Federal, para exercer o cargo de Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação do Parque Tecnológico de Brasília (Biotic).

VITAL DO RÊGO

### SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

PORTARIA SEGECEX Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2025

A SECRETÁRIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso das atribuições regulamentares conferidas pelo art. 7º da Instrução Normativa-TCU nº 91, de 22 de dezembro de 2022,

considerando a solicitação de solução consensual formulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos autos do TC 024.992/2024-0; considerando o despacho do Exmo. Ministro Vital do Rêgo e Exmo. Ministro Walton Alencar admitindo o referido pedido de solicitação de solução consensual; considerando a indicação dos membros por seus respectivos órgãos e empresas, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Solução Consensual para, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Portaria, apresentar relatório sobre a solução de controvérsia tratada no âmbito do processo TC 024.992/2024-0;

Art. 2º Integram a comissão a que se refere esta portaria, sob coordenação do primeiro, os seguintes membros:

- Cynthia de Freitas Queiroz Berberian, da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e prevenção de conflitos (Secex/Consenso/TCU);
- Carlos Augusto Moraes Xavier, da Secretaria de Controle Externo de Fiscalização de Infraestrutura (Secex/Infra/TCU);
- George André Palermo Santoro, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes (MT);
- Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT); e
- Carlo Alberto Bottarelli, Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil - SA.

Art. 3º Os trabalhos serão supervisionados pelo Diretor da Diretoria de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos.

Art. 4º Os participantes da Comissão poderão previamente indicar suplentes para os representarem em reuniões.

Art. 5º Fica automaticamente prorrogada o prazo desta portaria no caso de autorização pela Presidência de prorrogação dos trabalhos da Comissão de Solução Consensual, nos termos do § 4 art. 7º da IN-TCU 91/2022.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA PONTES DE MORAES

### Defensoria Pública da União

#### GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2025

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições previstas no artigo 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando a Portaria GABDPGF DPGU nº 81, de 17 de janeiro de 2025, publicada no DOU de 21 de janeiro de 2025, seção 2, página 42 (SEI 7735509);

Considerando o Encaminhamento 7895353;

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.002390/2025-01; resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 31/03/2025, o Defensor Público Federal Dr. Átilla Ribeiro Dias do exercício da função de Secretário Institucional Executivo Adjunto da Defensoria Pública da União (código FCDPU-08).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES

### Poder Legislativo

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, PATRICIA MEDEIROS BERTO, ponto nº 7748, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Secretário Executivo de Comissão, FC-3, da Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, PATRICIA MEDEIROS BERTO, ponto nº 7748, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Assessor Técnico, FC-3, do Gabinete do Líder da Minoria, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

HUGO MOTTA

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, BRENO SANTOS BORBA, ponto nº 7859, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assessor Jurídico I, FC-1, da Advocacia da Câmara dos Deputados, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, DANIELA MARIA RAMOS BOTELHO, ponto nº 3906, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assistente de Controle Interno, FC-2, da Secretaria de Controle Interno, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, BRENO SANTOS BORBA, ponto nº 7859, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Assistente de Controle Interno, FC-2, da Secretaria de Controle Interno, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, BRUNO DAMASCENO CAVALCANTE CASTELO BRANCO, ponto nº 8495, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - especialidade Processo Legislativo e Gestão, Classe A, Padrão 01, para exercer a função comissionada de Assessor Jurídico I, FC-1, da Advocacia da Câmara dos Deputados, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

HUGO MOTTA

